

Nº 15/2026 REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, NÃO PÚBLICA, DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, REALIZADA NO DIA 3 DE JULHO DE 2026: _____

PRESENCAS E FALTAS: _____

Presidente da Câmara: Mário de Sousa Passos, _____

Vereadores:

- 2 - Eduardo Salvador Costa Oliveira _____
- 3 - Hélder Joaquim Fernandes Pereira _____
- 4 - Cláudia Margarida Pereira Vieira _____
- 5 - Susana Maria Costa Pereira _____
- 6 - Alfredo Augusto Azevedo Moraes Lima _____
- 7 - Silvestre Ivo Sá Machado _____
- 8 - Pedro Manuel Santos Oliveira _____
- 9 - Pedro Manuel Soares Alves _____
- 10 - Neide Maria Oliveira Ribeiro _____
- 11 - Vânia Alexandra Araújo Grilo Oliveira Marçal _____

Secretariou: Zeferino Joaquim da Silva Araújo Pinheiro, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira. _____

Hora de abertura desta reunião: **9h00** (__ minutos). _____

Hora a que foi encerrada: ____ horas e ____ minutos. _____

ASSUNTOS INSCRITOS NA AGENDA DE TRABALHOS E DELIBERAÇÕES PROFERIDAS: _____

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 03.07.2026**PRESIDÊNCIA:**

1 - Comemorações Municipais dos 50 Anos do Poder Local democrático e das eleições autárquicas de 1976.

Página**4****PARTIDO SOCIALISTA:**

2 - Atribuição do nome dos presidentes da Câmara Municipal, Agostinho Fernandes e Armindo Costa, aos equipamentos municipais Casa das Artes e Parque da Cidade, respetivamente.

15

PRESIDÊNCIA:

1 - Comemorações Municipais dos 50 Anos do Poder Local democrático e das eleições autárquicas de 1976. (Página 4)



Presidência

www.famallcao.pt

camaramunicipal@famallcao.pt

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMILICÃO

Praça Álvaro Marques

4764-502 V.N. de Famalicão

tel. +351 252 320 900

NIF 506 663 264

PROPOSTA

Assunto: Comemorações Municipais dos 50 Anos do Poder Local Democrático e das eleições autárquicas de 1976.

No decorrer do próximo mês de dezembro de 2026, Portugal assinala o cinquentenário das primeiras Eleições Autárquicas livres da nossa história contemporânea, realizadas a 12 de dezembro de 1976. Esta data constitui o marco fundador do Poder Local Democrático, um dos pilares mais sólidos e bem-sucedidos da nossa matriz constitucional e democrática.

Assinalar esta efeméride no nosso Município não é um mero ato protocolar, mas sim um dever institucional, cívico e pedagógico. A realização de um programa oficial de comemorações justifica-se plenamente com base nos seguintes pressupostos e fundamentos:

1. A Consagração da Democracia de Proximidade

O Poder Local é a vertente mais tangível e humanizada da Democracia. É a política que tem nome, rosto e endereço. Celebrar estes 50 anos significa enaltecer um modelo de governação que aproximou os cidadãos dos centros de decisão, fomentou a participação cívica ativa e permitiu resolver os problemas reais das populações no local exato onde eles emergem.

2. O Reconhecimento do Progresso e da Qualidade de Vida no Território

Estas cinco décadas traduziram-se numa transformação profunda e sem precedentes no mapa do nosso concelho. Evocar este percurso permite recordar o salto qualitativo estrutural entre o território de 1974 – marcado por graves carências em equipamentos, redes de água, saneamento, eletricidade e acessibilidades – e a realidade atual. O Poder Local foi o motor que ergueu a rede escolar moderna, os equipamentos culturais e desportivos, os parques ambientais e as zonas industriais que hoje sustentam a nossa economia e a coesão de todas as nossas 39 freguesias.

3. A Justa Homenagem aos Autarcas da Nossa História

As comemorações constituem o momento solene ideal para prestar um público e merecido tributo a todos os cidadãos que, ao longo de 50 anos, serviram a nossa comunidade. Falamos dos Presidentes de Câmara, Vereadores, Deputados Municipais, Presidentes de Junta e Membros de Assembleias de Freguesia que, muitas vezes com escassez de recursos, mas com enorme espírito de missão, dedicaram as suas vidas ao desenvolvimento da nossa terra.

Neste âmbito, assume particular relevo a justa e devida homenagem institucional aos **presidentes de câmara** que assumiram a governação e lideraram os destinos de Vila Nova de Famalicão ao longo deste percurso histórico, integrando quer a transição democrática pós-25 de Abril, quer os mandatos constitucionais subsequentes:

- António Pinheiro Braga (Presidente da Comissão Administrativa pós-25 de Abril, 1974-1976)
- José Carlos Pereira Gomes Marinho (1976-1979)
- Antero Alexandre de Castro Martins (1980-1982)
- Agostinho Peixoto Fernandes (1983-2001)
- Armindo Borges Alves da Costa (2002-2013)
- Paulo Alexandre Matos Cunha (2013-2021)

A nota biográfica de cada um dos Autarcas encontra-se no documento em anexo (ANEXO I) e que integra a presente proposta.

4. Um Imperativo Pedagógico e Intergeracional

É fundamental assegurar a transmissão desta memória coletiva às gerações mais jovens, que já nasceram num território integralmente infraestruturado e em plena liberdade. O programa comemorativo deve assumir uma forte componente escolar e formativa, explicando aos estudantes como se construiu o bem-estar e a autonomia regional de que hoje usufruem.

5. A Reflexão Estratégica sobre o Futuro do Municipalismo

Longe de ser apenas um olhar sobre o passado, esta celebração surge num **momento de maturidade democrática**, marcado pelo complexo processo de descentralização de competências do Estado Central (nas áreas da Saúde, Educação e Ação Social). Comemorar os 50 anos do Poder Local confere o enquadramento político e institucional necessário para debater o futuro da autonomia municipal, preparando o concelho para os desafios da habitação acessível, da transição digital e das alterações climáticas, entre outros.

Presidência

www.famalicao.pt

camaramunicipal@famalicao.pt

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO

Praça Álvaro Marques

4764-502 V.N. de Famalicão

tel. +351 252 320 900

NIF 506 663 264

Face ao exposto, **tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão delibere:**

1. **Aprovar a instituição do Programa Oficial das Comemorações Municipais dos 50 Anos do Poder Local Democrático e das eleições autárquicas de 1976, como iniciativa de elevada importância institucional, valorativa do legado dos 50 anos do poder local e que perpetua a memória, os nomes e a obra dos seus protagonistas, com especial reconhecimento aos Presidentes de Câmara que, ao longo deste meio século, serviram o Município e as suas populações:**
 - 1.1 **O programa comemorativo (ANEXO II) integra as seguintes atividades:**
 - 1.1.1 **Criação de um núcleo expositivo permanente dedicado aos cinquenta anos do Poder Local Democrático na Exposição "Tempo, Espaço & Ser - Território de Vila Nova de Famalicão", instalada na Casa da Território.**
 - 1.1.2 **Organização e produção de uma Exposição itinerante: 50 anos do Poder Local no concelho de Vila Nova de Famalicão.**
 - 1.1.3 **Ciclo de Conferências "De Famalicão para o Mundo - 50 anos de Poder Local": Convidados - Agostinho Fernandes, Armindo Costa e Paulo Cunha.**
 - 1.1.4 **Aulas Abertas "Memórias de Abril": 3 Presidentes, 3 Escolas, 3 Épocas.**
 - 1.2 **O programa comemorativo consagra a criação e inauguração de uma obra de arte urbana de homenagem aos 50 anos do Poder Local Democrático.**
 - 1.3 **O programa comemorativo decorrerá ao longo do corrente ano e do ano de 2027, culminando nas celebrações do dia 25 de abril de 2027.**

- 1.4 O programa comemorativo promoverá o envolvimento das freguesias do Concelho através da descentralização das iniciativas comemorativas, assegurando que a homenagem aos 50 anos do Poder Local Democrático seja vivida e partilhada por todas as comunidades do território famalicense.

O Presidente da Câmara Municipal



Assinado de forma digital
por [Assinatura Qualificada]
Mário de Sousa Passos
Dados: 2026.06.30 16:34:01
+01'00'

Mário Passos, Prof.

**Presidência****www.famalicao.pt**camaramunicipal@famalicao.pt

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO

Praça Álvaro Marques

4764-502 V.N. de Famalicão

tel. +351 252 320 900

NIF 506 663 264

ANEXO I - Notas Biográficas dos Presidentes da Câmara Municipal**António Pinheiro Braga**

Nasceu em 22 de setembro de 1917. Licenciado em Engenharia Civil. Engenheiro de profissão, foi uma das mais destacadas personalidades da Oposição Democrática ao regime autoritário do Estado Novo. Enquanto Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal (1974-1976), liderou a transição para o Poder Local democrático. A sua governação distinguiu-se pela promoção da habitação social e da autoconstrução, pelo apoio às populações mais vulneráveis, pelo reforço do movimento associativo e pelo alargamento da rede escolar. Promoveu igualmente a modernização das infraestruturas municipais, a revisão da toponímia e uma administração mais aberta à participação dos cidadãos. Apresentou a demissão em outubro de 1975, mantendo-se, contudo, em funções até janeiro de 1976, de modo a assegurar a continuidade da governação municipal até à designação do novo presidente da Comissão Administrativa. Foi candidato pela coligação Aliança Povo Unido nas eleições autárquicas de 1976 e 1979, tendo sido eleito vereador da Câmara Municipal em ambos os atos eleitorais. Faleceu em 26 de março de 1987.

José Carlos Pereira Gomes Marinho

Nasceu em 13 de março de 1929. Empresário de profissão, foi uma figura destacada da Oposição Democrática ao regime do Estado Novo. Após a revolução de 25 de Abril de 1974, foi um dos fundadores, a nível local, do Partido Popular Democrático, atual Partido Social Democrata. Em janeiro de 1976, assumiu a presidência da Comissão Administrativa da Câmara Municipal. Foi o primeiro Presidente da Câmara Municipal eleito por sufrágio universal e direto da história do concelho. Durante o seu mandato, destacam-se iniciativas como a revitalização das Festas Antoninas, a fixação do feriado municipal em 13 de junho, o lançamento de um conjunto de obras nos domínios da rede viária, da habitação social, do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais e a elaboração do Plano Geral de Urbanização de Vila Nova de Famalicão (1978). No plano cívico, esteve ainda ligado a diversas instituições da sociedade civil. Faleceu em 20 de março de 2014.



Antero Alexandre de Castro Martins

Nasceu em 9 de agosto de 1936. Empresário de profissão, destacou-se igualmente como uma das figuras impulsionadoras, a nível local, do Partido Popular Democrático, atual Partido Social Democrata. Foi eleito Vereador nas primeiras eleições autárquicas de 1976, foi o principal colaborador do Presidente José Carlos Marinho, assumindo, em 1979, a presidência da Câmara Municipal, cargo que exerceu até final de 1982. O seu mandato ficou marcado pelo reforço das infraestruturas básicas, designadamente da rede viária, do saneamento de águas residuais e da habitação, bem como pelo impulso dado ao planeamento territorial através da revisão do Plano Geral de Urbanização e da elaboração de novos instrumentos de ordenamento do território. Após cessar funções como Presidente da Câmara Municipal, voltou a exercer o cargo de Vereador. No plano cívico, esteve ainda ligado a organizações da sociedade civil. Faleceu em 15 de janeiro de 2020.

Agostinho Peixoto Fernandes

Nasceu em Joane, em 26 de março de 1943. Licenciado em Filosofia, foi docente do ensino secundário, assumindo, a partir de 1974, diversos cargos de direção e gestão escolar. Politicamente ligado ao Partido Socialista, foi eleito Vereador da Câmara Municipal em 1979, com os pelouros da Cultura, Educação, Saúde e Assistência. Em 1982, foi eleito Presidente da Câmara Municipal, cargo que ocupou até ao início de 2002. Foi responsável pela transformação estrutural do concelho nas áreas das infraestruturas, da educação, da cultura, do desporto e da solidariedade social. Destacou-se a atuação no domínio do planeamento e ordenamento do território, designadamente a elaboração do Plano Diretor Municipal. Em 1993, foi distinguido pela UNICEF como “Presidente da Câmara Amigo das Crianças”. Exerceu ainda funções de Vereador entre 2002 e 2005. Nos últimos anos, tem-se dedicado à solidariedade social, ao associativismo e à atividade literária, sendo autor de diversas obras.

Armindo Borges Alves da Costa

Nasceu em 4 de abril de 1938. Licenciado em Arquitetura. Empresário, fundou diversas empresas, entre as quais a ACO, S.A., uma das principais empresas de calçado do país. Desenvolveu igualmente uma intensa atividade cívica, apoiando inúmeras instituições de solidariedade social. Politicamente ligado à coligação entre o Partido Social Democrata e o CDS - Partido Popular, foi Vereador da Câmara Municipal entre 1997 e 2001 e, na sequência das eleições autárquicas de 2001, foi eleito Presidente

**Presidência****www.famalicao.pt**

camaramunicipal@famalicao.pt

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO

Praça Álvaro Marques

4764-502 V.N. de Famalicão

tel. +351 252 320 900

NIF 506 663 264

o Partido Social Democrata e o CDS - Partido Popular, foi Vereador da Câmara Municipal entre 1997 e 2001 e, na sequência das eleições autárquicas de 2001, foi eleito Presidente da Câmara Municipal, cargo no qual tomou posse em 2002 e exerceu durante três mandatos consecutivos, até 2013. A sua governação marcou um período de grande impulso ao desenvolvimento do concelho, reforçando a coesão territorial através da modernização da rede viária, da expansão do abastecimento de água e do saneamento e da regeneração urbana e ambiental. Impulsionou políticas inovadoras nas áreas da educação, da solidariedade social e da cultura. Exerceu ainda funções no Conselho Económico e Social e na Associação Nacional de Municípios Portugueses. Atualmente, continua a desempenhar relevantes funções empresariais.

Paulo Alexandre Matos Cunha

Nasceu em 22 de agosto de 1971. É licenciado em Direito, pós-graduado em Direito do Ambiente e mestre em Ciências Jurídico-Políticas. Desde jovem, esteve ligado ao associativismo e à participação cívica. No plano político, tem exercido diversas responsabilidades no Partido Social Democrata, a nível local, distrital e nacional. Em 2001, foi eleito Deputado da Assembleia Municipal. Em 2009, foi eleito Vereador da Câmara Municipal, assumindo, no mandato 2009-2013, as funções de Vice-Presidente e os pelouros da Cultura, Turismo, Defesa do Consumidor e Freguesias. Em 2013 foi eleito Presidente da Câmara Municipal, cargo que exerceu até 2021, desempenhando um papel determinante no posicionamento estratégico do concelho, reforçando a projeção e competitividade a nível regional, nacional e inclusive internacional. A sua governação destacou-se pela afirmação e valorização nacional e internacional de Famalicão, pelo desenvolvimento de medidas em áreas emergentes como a inovação económica, a transição digital, a mobilidade, a regeneração urbana e a promoção do desenvolvimento estratégico do concelho, com especial relevo para o Plano Estratégico "Famalicão Visão'25". Em 2013, foi eleito Presidente do Conselho Regional do Norte da CCDR-N, função que desempenhou até 2017. Em 2024, foi eleito Deputado ao Parlamento Europeu, cargo que exerce atualmente.

ANEXO II PROGRAMA COMEMORATIVO

1. - Criação de um núcleo expositivo permanente dedicado aos cinquenta anos do Poder Local Democrático na Exposição "Tempo, Espaço & Ser - Território de Vila Nova de Famalicão", instalada na Casa da Território, através da elaboração de seis painéis (digitais ou físicos) com as biografias dos seis Presidentes da Câmara de Vila Nova de Famalicão e das principais ações desenvolvidas durante os seus mandatos.

Data de inauguração: 12 de dezembro de 2026.

2. - Organização e produção de uma Exposição itinerante: 50 anos do Poder Local no concelho de Vila Nova de Famalicão

3. - Ciclo de Conferências "De Famalicão para o Mundo - 50 anos de Poder Local"

Datas: outubro; novembro; dezembro/janeiro

Número de sessões: 7 (acreditadas pelo concelho científico de formação de professores com 15h ou 20h | aberto ao público)

Convidados: Agostinho Fernandes; Armindo Costa; Paulo Cunha.

- Académicos locais

- Paula Pinto Costa (FLUP) - História dos Municípios em Portugal

- Maria Antónia Pires de Almeida (Universidade do Minho) - Poder local em Portugal nos primeiros 50 anos em Democracia: projetos e resultados da investigação

- Fundação Francisco Manuel dos Santos

Local: Biblioteca Municipal

Horário: 19h00-20h30.

4. - "Memórias de Abril": 3 Presidentes, 3 Escolas, 3 Épocas

AULA ABERTA COM...

Presidência

www.famalicao.pt

camaramunicipal@famalicao.pt

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO

Praça Álvaro Marques

4764-502 V.N. de Famalicão

tel. +351 252 320 900

NIF 506 663 264

AEDSI: Recebe o Dr. Agostinho Fernandes (Mandato: 1983 – 2001)

- **O Foco da Aula:** *A Construção das Fundações e a Transição para a Cidade.*
- **Contexto para os alunos:** Explicar que nos anos 80, Famalicão ainda tinha muitas freguesias sem água canalizada ao domicílio e que foi nesta altura que a vila passou a cidade (1985).

AECCB: Recebe o Arq. Armindo Costa (Mandato: 2001 – 2013)

- **O Foco da Aula:** *O Planeamento Urbano, Ambiente e a Modernização Escolar.*
- **Contexto para os alunos:** Focar na visão de um arquiteto na gestão do território, na transição para a sustentabilidade e na criação das escolas básicas modernas (centros escolares) onde muitos dos alunos do secundário estudaram quando eram crianças.

AEPBS: Recebe o Dr. Paulo Cunha (Mandato: 2013 – 2021)

- **O Foco da Aula:** *A Cidade Inteligente, Inovação e a Atração Internacional.*
- **Contexto para os alunos:** Abordar o Famalicão recente, focado na atração de grandes empresas, internacionalização, novas ciclovias e na transição digital dos serviços públicos.

Local: Agrupamentos de Escolas Camilo Castelo Branco (AECCB), D. Sancho I (AEDSI) e Pe. Benjamim Salgado (AEPBS).

Duração: 90 minutos

Objetivos Gerais da Atividade

1. **Informar:** Munir os alunos de dados concretos sobre a história recente e a evolução infraestrutural, cultural e económica de Vila Nova de Famalicão.
2. **Democratizar:** Retirar a política do plano abstrato, colocando os alunos do Ensino Secundário em contacto direto com os protagonistas da tomada de decisão.



3. **Homenagear:** Recordar o esforço coletivo dos ex-presidentes e das gerações civis anteriores na construção do concelho moderno.
4. **Envolver:** Estimular os jovens para a preparação e participação ativa num debate de ideias deliberativo.

Nota: as sessões poderão ser gravadas em vídeo e partilhadas em cada escola para que na disciplina de Cidadania e Desenvolvimento os alunos possam ter acesso ao conhecimento das ações dos três ex-presidentes.

5 - Criação e inauguração de obra de arte urbana de homenagem aos 50 anos do Poder Local Democrático.

Encerramento das comemorações municipais: inauguração de obra de arte de homenagem aos 50 anos do poder local famalicense nas comemorações a realizar no dia 25 de abril de 2027.

PARTIDO SOCIALISTA:

2 - Atribuição do nome dos presidentes da Câmara Municipal, Agostinho Fernandes e Armindo Costa, aos equipamentos municipais Casa das Artes e Parque da Cidade, respetivamente. (Página 15)



Proposta

No processo de consolidação da democracia em Portugal, após a Revolução de Abril de 1974, o poder local tem aparecido como uma das suas maiores realizações. No discurso político de autarcas, de parlamentares e de ministros, anda associado à promoção do desenvolvimento, à salvaguarda do património ou à valorização das culturas regionais. Tem servido, nessa medida, de tema em que se projetam aspirações e anseios, vontades de mudança e de estabilidade, e se iravam conflitos e se ensaiam algumas alternativas às democracias representativas, a nível do Estado. Mas o poder autárquico tem também valido mais pelas esperanças que abre e pelas simbologias de que se reveste do que pelo seu real funcionamento como democracia participativa.

Recorrendo às palavras do Professor Doutor António Teixeira Fernandes, sociólogo que se assumiu não só como um pioneiro do ensino da Sociologia na Universidade do Porto e estudioso do Poder Local, este em Portugal, desde 1974, tem passado por diversas fases de desenvolvimento.

Citando, a partir de artigo dado à estampa em 2017 na revista Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, no seu início, a tendência vai no sentido do intervencionismo. É o tempo de uma relativa mobilização das populações e do seu despertar para a participação política.

À crescente reivindicação de grupos e de movimentos sociais, responde o poder autárquico com ações dirigidas à satisfação de necessidades de base e à melhoria das suas condições de vida.

Numa segunda fase, diminui o empenhamento ideológico e partidário e, em contrapartida, aumenta a vontade de liderança efetiva no campo do desenvolvimento.

A experiência de gestão autárquica, no decurso destas diferentes fases, introduziu, por sua vez, mudanças significativas no perfil do presidente de Câmara Municipal.



De agente predominantemente político, o detentor do poder autárquico tem-se vindo a configurar sobretudo sob a forma de gestor, pelo que cresce a necessidade de formação técnica do pessoal ligado à administração autárquica.

Especialmente pelo papel inovador de gestor que se lhe exige, não apenas no papel de gestor de finanças públicas, mas de expectativas das pessoas e como conciliar a plêiade de necessidades que estas pretendem ver satisfeitas com a escassez dos recursos.

Exige-se ainda que o mesmo seja um profundo conhecedor do tecido social das comunidades locais, porquanto este não é homogéneo. Podemos considerar três áreas fundamentais. Existe, no centro, um núcleo propriamente político, constituído pelos órgãos do poder autárquico, Câmaras e Freguesias. Trata-se do sistema político em sentido estrito. Eleitos pela comunidade, estes órgãos desempenham atividades de gestão dos interesses do Município e tendem a incarnar a vontade da coletividade. A eles se associam as formações partidárias.

Numa área intermédia, estão os agentes coletivos, formados pelas diversas associações. Estas associações são aglutinadoras de interesses partilhados, nos domínios da economia, da cultura e do desporto, e podem atuar, em casos concretos, como meios de animação e de mobilização da população global e como ponto de partida para a elaboração de projetos coletivos. Com eles, o poder autárquico tem vindo a estabelecer relações preferenciais. A formação dos autarcas, as suas filiações anteriores e os programas de gestão podem levar a privilegiar uns em detrimento de outros.

Na zona mais periférica, encontra-se a população “desorganizada” do Município. Dizemos “desorganizada”, na medida em que não aparece associada em formas organizacionais voltadas para uma atividade específica ou global. Mas não se trata também, necessariamente, de uma massa amorfa. Está-se, antes, perante uma situação em que não atuam nem o espírito nem os fatores de democratização.

Sensível ao processo em curso na época, Alexis de Tocqueville observava que a Democracia se jogava “em cada porção do território, a fim de multiplicar ao



VILA NOVA DE FAMALICÃO

infinito, para os cidadãos, as ocasiões de agir em conjunto, e de os fazer sentir todos os dias que dependem uns dos outros”. O défice democrático nas nossas sociedades resulta, em grande parte, da falta desta consciência e desta ação comuns.

E é aqui que os verdadeiros líderes têm um papel primordial. Hoje espera-se, deseja-se e impõe-se que os mesmos saibam ler as diversas formas de coagulação social, as diferentes expressões de associação e as forças vivas coletivas da comunidade, que se formam à volta de necessidades, aspirações e reivindicações. A ação governativa deve ser uma fonte de dinamização e gestão das estratégias comuns, e a politização opera-se mediante o debate público.

Embora o futuro não possa - ou, mais rigorosamente, não deva - ser predeterminado, para que desabroche sempre em esperança e em liberdade, quando conscientemente assumido, associa-se estreitamente à vitalidade cultural das comunidades locais. Se existe uma inter-relação entre vida cultural, prática democrática e desenvolvimento, é porque a cultura permite à coletividade situar-se no tempo e no espaço, interpretando a situação existente e visualizando o futuro. A ela estão igualmente ligados o despertar e a afirmação da própria identidade.

A vivência da Democracia está, pois, diretamente correlacionada com a promoção do desenvolvimento social. É a nível local que este desenvolvimento se opera com efeitos visíveis para a comunidade. A participação tende a concretizar-se neste objetivo e neste processo, na medida em que dele depende a qualidade de vida e o bem-estar das populações. As estratégias de desenvolvimento servem de conteúdo à prática da Democracia. Pensamos que as sociedades humanas têm capacidades para dimensionar as suas necessidades, para discernir as suas aspirações e para conduzir, em autonomia, os seus próprios projetos, em processos concretos de desenvolvimento.

O destino das populações não pode ser determinado por via impositiva. Tem de resultar de uma escolha livre, inspirada por uma visão de futuro. A qualquer candidato autárquico dever-se-ia perguntar não o que quer fazer, mas antes como pretende que, o seu concelho ou a sua freguesia seja, dali a 10 anos, por exemplo. Porque dizer que se quer fazer uma obra é fácil, agora explicar qual é



o papel transformador que se pretende alcançar com o somatório das obras e investimentos já não é para qualquer um!

Podemos ter os maiores pacotes de subsídios, os maiores envelopes financeiros para a sociedade civil, as suas associações e não estarmos a construir coisa alguma! Despejar alegremente dinheiro pelo território e andar de festa em festa em constantes autoelogios não é seguramente aquilo que se espera dum líder com visão, com rasgo e com mundo.

Da liderança espera-se que seja sustentável, fazendo com que o líder atue com sentido de urgência, aprendendo com o passado e com a diversidade de posturas e instrumentos com que se depara no processo de governação.

A liderança comporta sete princípios da sustentabilidade, a saber:

Profundidade: a liderança sustentável importa; é essencial para a sustentabilidade e inovação das organizações e assume-se como um princípio orientado para a aprendizagem. É, de facto, aprofundando a sua capacidade de aprendizagem no quotidiano da sua ação, que a liderança se renova e se apresenta como eficaz para a governação do local.

Durabilidade: a liderança preserva e promove, ao longo do tempo, os aspetos mais valiosos da vida. Este princípio assegura a estabilidade da organização nos momentos de sucessão, ao mesmo tempo que implica os líderes atuais a envolver, a estimular e a motivar as pessoas na liderança, preparando-as para assumir aquelas funções.

Amplitude: liderança sustentável é uma liderança distribuída, dissemina-se, estimula e contagia; age por ressonância. Exige do líder uma postura assertiva, bem como a capacidade para delegar tarefas, descentralizando e abrindo espaço para o empoderamento das pessoas na organização.



Justiça: a liderança não progride à custa das pessoas que lidera, bem como de outras organizações; não é autocentrada: é, pelo contrário, socialmente justa. Os líderes sustentáveis observam a organização holisticamente e agem por forma a traduzir as suas opções no sucesso de todos. Na ação destes líderes há uma componente cívica muito forte.

Diversidade: evita padronizar e aprende com a diversidade de agentes que compõem os seus círculos de relacionamento. O líder sustentável reconhece e aprende a criar redes de comunicação diversificadas, empenhando-se em compreender outras culturas e formas de potenciar a ação da sua organização. Os líderes eficazes compreendem o valor e o papel da criação de conhecimento e fazem disso uma prioridade, tentando estabelecer e reforçar hábitos de intercâmbio de conhecimento entre membros organizacionais.

Disponibilidade de recursos: é prudente, dispõe de recursos, sem desperdiçar dinheiro, nem pessoas. O líder sustentável valoriza os interesses comunitários ao invés dos individuais, rentabilizando os recursos e gerando consensos alargados.

Conservação: a liderança sustentável honra o que de melhor existe no passado e aprende com ele, tendo em vista criar um futuro ainda melhor, revisita e revive as memórias organizacionais, honrando o saber dos que transportam essa lembrança. O líder sustentável constrói uma visão para a organização que é diacrónica, isto é, consubstancia-se e desenvolve-se, consciente dos tempos e espaços percorridos e em (des)construção.

Aqui chegados, estamos em crer que existem dois nomes que serão unanimemente reconhecidos com líderes sustentáveis, com visão e que muito fizeram e deram por Vila Nova de Famalicão: Agostinho Peixoto Fernandes e Armindo Borges Alves da Costa.

Ambos Presidentes de Câmara Municipal, líderes de projetos diferentes, com visões inspiradoras e galvanizadoras de fatias substanciais da sociedade civil famalicenses que, em diferentes momentos, se reviu e sentiu motivada pela esperança e sonho que ambos souberam alimentar.



Agostinho Peixoto Fernandes nasceu em Joane, em 1942. Após a instrução primária, ingressou na austera Ordem do Carmo, em Viana do Castelo, tendo terminado a licenciatura em Filosofia na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Como professor do ensino Secundário ocupou, a partir de 1974, vários cargos de gestão em estabelecimentos de ensino. Entre 1980 e 1982 foi vereador da Cultura, pelo Partido Socialista, na Câmara Municipal de Famalicão, sendo Presidente Antero Martins, do PSD, onde alicerçou uma política inovadora nesta área. Promoveu os Encontros Municipais e de Formação Autárquica, fundou o Boletim Cultural. Dinamizou o movimento associativo local.

Em 1983 foi eleito presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, cargo que ocupou até 2001. O seu trabalho de autarca a favor da Educação, Ensino e Ação social (foi um dos primeiros autarcas do país a criar no seu concelho uma rede pública de infantários) foi reconhecido em 1993 pela UNICEF, que o declarou Presidente da Câmara Amigo das Crianças.

Ao longo dos seus sucessivos mandatos – que se estenderam por um período de quase 20 anos – o concelho mudou substancialmente. A implantação de infraestruturas como o CITEVE, Matadouro Central de Entre Douro e Minho, Universidade Lusíada, Escola Superior de Saúde do Vale do Ave, Biblioteca Municipal, Casa das Artes, Museu da Indústria Têxtil e piscinas municipais são algumas das obras de referência.

Armindo Borges Alves da Costa nasceu em Gavião em 1938 e fundou em 1975 a empresa do sector do calçado ACO, a qual ainda hoje dirige. Licenciou-se em Arquitetura pela Universidade Lusíada e foi vereador no mandato de 1997^a 2001, tendo depois sido presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão entre 2002 e 2013.

Foi responsável por um forte impulso de desenvolvimento no concelho. A construção do Parque da Devesa, a modernização do Parque Escolar Concelhio, incluindo os manuais Escolares Gratuitos, Centro Cultural de Seide, Arquivo



Municipal, Casa da Juventude, novo Tribunal de Famalicão, Variante Nascente à Cidade, Centro de Saúde de Delães, Rede Viária, água e saneamento e a força da vertente cultural foram alguns dos legados por si deixados.

No percurso nem sempre coincidente na maneira de abordar as questões e de atuar, existiram, no entanto, pontos comuns. Ambos vieram do povo, como se costuma dizer, subiram a pulso na vida e formaram-se em têmpera rija. Partilharam ainda a proximidade com as pessoas, que neles era natural o que lhes permitia manter a probidade do cargo sem perder a face do humanismo que um líder visionário deve ter.

Cremos ser dispensável mais encómio, até porque os visados deles não precisam, o seu exemplo e obra falam por si. Urge, assim, que se tome posição firme sobre a proposta que aqui hoje se apresenta. Sem tibiezas e subterfúgios de ocasião; aliás, este é um momento que deve ser de união e unanimidade. É aqui que as palavras se materializam em ações concretas: de que serve proclamar-se como um democrata, respeitador das opiniões e posturas diferentes da nossa para depois, quando se é confrontado com uma ação concreta, tudo se renega?

No mais, os signatários sinalizam que existe enquadramento legal para a formulação desta proposta, porquanto o legislador no Regime Jurídico das Autarquias Locais prevê no artigo 23.º do diploma enquadrador um vasto conjunto de atribuições dos Municípios, mas teve o cuidado de não tornar aquele um elenco fechado. O legislador optou por elencar dezasseis atribuições e deixar campo aberto ao entendimento dos atores políticos através do recurso ao advérbio “designadamente”; seguidamente, no artigo 33.º indica o legislador quais as competências do órgão coletivo de natureza executiva chamado Câmara Municipal.

Aqui chegados, é imperioso afirmar que se considera que o assunto da presente proposta é matéria que se encontra entre as atribuições e competências da Câmara Municipal, pelo que soçobrarão desde logo quaisquer objeções que se queiram levantar por essa via.



Também se considera que a proposta se compreende no conceito de interesse coletivo geral das populações do Município; cabe em primeira linha à atividade política, enquanto atividade pública do Estado, definir o interesse geral da coletividade, cabendo, por seu turno, à Administração Pública a satisfação regular e contínua das necessidades coletivas definidas por Lei sendo esta, conforme Freitas do Amaral na sua obra «Curso de Direito Administrativo», volume I da editora Almedina, «o fundamento, o critério e o limite de toda a atividade administrativa».

As autarquias locais sendo pessoas coletivas públicas diferentes do Estado, enquadram-se dentro da organização democrática do Estado e respondem à necessidade de assegurar a prossecução dos interesses próprios das populações respetivas, desenvolvendo uma atividade administrativa própria regulada por Lei.

São, na verdade, os interesses comuns das populações, unidas pelos laços de comunidade, que servem de fundamento à existência das autarquias locais, cujas atribuições se encontram atualmente descritas abstratamente, a título exemplificativo, no sobredito Regime Jurídico das Autarquias Locais, sendo que estas exigem uma avaliação dos órgãos do Município.

Mas importa considerar, citando Sérvulo Correia na obra «Noções de Direito Administrativo», Volume II, o juízo de graduação ou intensidade do interesse público que se exige à Administração dificilmente assentará em parâmetros estritamente legais; na verdade, sendo uma avaliação materialmente discricionária, o interesse público funciona como um limite interno da atividade administrativa na possibilidade de escolha dos bens suscetíveis de satisfazerem as necessidades públicas.

O conceito de interesse público municipal afere-se, pois, através da individualização casuística desse mesmo interesse por referência a um conceito abstrato de bem público, interesse geral da coletividade local. Cabe, pois, à Administração avaliar a idoneidade deste interesse público, sempre com referência à ideia de interesse público prefigurado quer na Lei Fundamental, quer na restante legislação em geral referida.



À Administração cabe, então, avaliar a situação em concreto se essa finalidade é idónea para a satisfação do bem comum, no sentido de interesse público municipal, devendo esta igualmente atuar a fim de facultar, por modo regular e contínuo, a quantos deles careçam, os meios idóneos para satisfação de uma necessidade coletiva individualmente sentida.

Podemos, pois, dizer que estamos na presença de um interesse público municipal quando se esteja na presença de um interesse indivisível duma pluralidade de pessoas em relação a bens de satisfazerem, não necessidades individuais, mas sim necessidades comuns de todas essas pessoas.

Na mesma linha doutrinal, Freitas do Amaral, na obra já citada, que afirma que interesse público é o interesse geral de uma determinada comunidade, é o bem comum, sendo o mesmo também visto como aquilo que é necessário para, tal como dizia S. Tomás de Aquino, que os homens não apenas vivam, mas vivam bem.

Eis porque acima se escreveu que este é o momento de sem tibiezas e subterfúgios cada um honrar, em primeiro lugar, a sua memória pois à palavra deve corresponder a ação e, em segundo lugar, honrar a memória coletiva, e assumir que existem homens que pela força da sua ação, da sua visão e da sua liderança se alcandoraram a um lugar de relevo na História de Vila Nova de Famalicão.

Aqui chegados referência para dois equipamentos que materializaram a liderança dos eleitos locais acima mencionados.

A Casa das Artes, o Teatro Municipal de Vila Nova de Famalicão, equipamento inaugurado em 2001, cuja missão se define através da criação, fruição e apresentação de projetos artísticos e culturais, de todos e para todos, foi pensado e concretizado por um executivo presidido por Agostinho Fernandes.



O edifício, localizado no centro urbano da cidade, é obra do arquiteto Pedro Ramalho. Nas paredes, o artista plástico Ângelo de Sousa introduziu elementos de cor que evocam ondulantes fitas festivas.

Quanto ao Parque da Devesa, assinala-se que o Plano Parcial de Urbanização da Zona Oriental da Cidade, de 1971, classificou como espaço verde e corredores verdes todo o contínuo de campos em torno do rio, que assim se preservaram com a função de garantir a transição entre o centro urbano consolidado e a nova frente de expansão. É então materializada em desenho, a área que se destinaria a este grande parque.

Em 1990, com a elaboração do Estudo Urbanístico do Eixo Norte-Sul, definiu-se o vale do Rio Pelhe e a área então chamada de Quinta da Devesa como áreas fundamentais da estrutura e imagem urbanas da cidade e, como tal, vocacionadas para a criação de um parque urbano. Esta intenção ficou posteriormente consagrada em sede de Plano Diretor Municipal, aprovado em 1994, com a classificação desta zona como Espaço Verde Urbano.

Em 2001 foi decidida a elaboração do Plano de Urbanização da Devesa, com o objetivo de dar resposta às necessidades de habitação da cidade e melhorar a fluidez do trânsito urbano, mas também de contribuir de forma decisiva para a Estrutura Ecológica Urbana do município através da despoluição do Rio Pelhe e da execução de um parque urbano desejado pela comunidade famalicense.

Esta obra foi executada através de uma Parceria para a Regeneração Urbana do Parque da Devesa, em que foram parceiros da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, a CESPU, o CITEVE, a Associação de Moradores das Lameiras e a ADRAVE, que englobou ainda um conjunto de investimentos públicos e privados, designados por Ações Complementares, que se relacionam diretamente com a área de intervenção e que contribuíram para a maximização dos seus efeitos induzidos.

Depois de 50 anos de aspirações da população, o projeto, da autoria do arquiteto famalicense Noé Diniz, foi aprovado, a obra iniciou-se no segundo semestre de 2011, e o Parque da Devesa foi inaugurado a 28 de setembro de 2012 sendo presidente Armindo Costa.



Nestes termos, propõem os subscritores, atentos os factos e fundamentos invocados que a Câmara Municipal delibere:

1 Atribuir a denominação Pública da Casa das Artes o nome “Casa das Artes Dr. Agostinho Fernandes”

2 1 Atribuir a denominação Pública do Parque da Devesa o nome “Parque da Devesa Arq. Armindo Costa”

Vila Nova de Famalicão, 24 junho 2026

Eduardo Salvador da Costa Oliveira

Cláudia Margarida Pereira Vieira

Silvestre Ivo Sá Machado

Neide Maria Oliveira Ribeiro



Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

Os Vereadores da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, abaixo subscritos, membros deste órgão executivo em representação do Partido Socialista, vêm, ao abrigo do disposto no artigo 39.º e da alínea b), do n.º 2, do artigo 50.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais (Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro) e ainda do artigo 4.º, do Regimento da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, aprovado na Reunião de 19 de outubro de 2017, requerer a V. Ex.^a a convocação de uma **Reunião Extraordinária da Câmara Municipal**.

A presente convocatória justifica-se pela urgência, atenta a proximidade das celebrações do Dia da Cidade e o incumprimento dum dever legal que impende sobre o Presidente da Câmara Municipal de agendar para reunião ordinária do órgão a que preside propostas que lhe sejam apresentadas em tempo devido e que se compreendam nas competências do órgão coletivo, e inadiabilidade da análise e deliberação sobre o seguinte assunto que constitui a respetiva Ordem de Trabalhos:

ASSUNTO: Atribuição do nome dos presidentes da Câmara Municipal, Agostinho Fernandes e Armindo Costa, aos equipamentos municipais Casa das Artes e Parque da Cidade, respectivamente.

De facto, o exercício de direitos políticos dos Requerentes enquanto titulares de cargo público eletivo, integram o núcleo mais forte das garantias constitucionais previstas nos artigos 48.º e 50.º da CRP". A demora na apreciação das propostas afeta matérias cuja eficácia depende diretamente da oportunidade da deliberação (reconhecimento no dia da Cidade e políticas sociais), gerando prejuízos direitos, atuais e continuados para o interesse público municipal.

Impede o agendamento perpetrado já no passado e importa factos concretos que consubstanciam a lesão de direitos, liberdades e garantias e não apenas uma potencia lesão genérica.

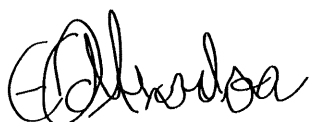
Louva-se o requerido também na jurisprudência do TCAN, proferida no Processo n.º 2047/25.5BEBRG.CN1, de acordo com a qual: "a recusa da inclusão de propostas de vereadores na ordem de trabalhos da reunião da Câmara Municipal ... constitui uma limitação à iniciativa política que, por força do decurso do tempo e dos mandatos não é "recuperável".

Mais se requer que a reunião seja agendada para um dos oito dias subsequentes à data de receção deste requerimento, conforme legalmente estipulado.

Segue em anexo a respectiva fundamentação.

Os requerentes,

Eduardo Oliveira



Claudia Vieira



Ivo Sá Machado



Neide Ribeiro



Vila Nova de Famalicão 25 de junho de 2026